

DESDOBRAMENTOS DO PROGRAMA EDUCAR PRA VALER E DA POLÍTICA DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO MUNICÍPIO DE JOÃO PESSOA – PB**Dra. Denise Xavier Torres**  0000-0001-8113-3478

Universidade Federal de Pernambuco

Me. Gilvânia Oliveira de Carvalho Ribeiro  0000-0002-8443-464**Me. Renata Kalliane Menezes Alves**  0009-0000-2713-0372

Universidade Federal de Campina Grande

RESUMO: Este artigo é fruto de uma dissertação concluída no ano de 2024 e tem por objetivo analisar como se caracterizam as avaliações em larga escala no Acordo de Cooperação entre a prefeitura municipal de João Pessoa/PB e no Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço do Programa Educar pra Valer. Neste sentido, temos como pergunta norteadora: como os direcionamentos dos Organismos Internacionais influenciaram nas políticas avaliativas no Brasil, em especial no município de João Pessoa/PB, a partir do Programa Educar pra Valer? Para tanto, nos fundamentamos nos conceitos de Rodrigues (2018); Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018); Apple (2005); Freitas (2018) e Laval (2019), entre outros autores. A metodologia empregada é uma revisão bibliográfica e documental, para cuja análise se partiu da Análise de Conteúdo de Bardin (2021). Os principais resultados encontrados nos documentos analisados são: a formação continuada desenvolvida pelo Programa Educar pra Valer, busca a partir de seus direcionamentos uma melhoria dos indicadores educacionais e do desempenho da rede de ensino baseada em avaliações em larga escalas como orientam os Organismos Internacionais. Concluímos este artigo, afirmando que as políticas avaliativas no município de João Pessoa/PB foram consolidadas pelo Programa Educar pra Valer fundamentadas nos seus documentos norteadores.

PALAVRAS-CHAVE: Organismos Internacionais; avaliações em larga escala; Programa Educar pra Valer.

DEVELOPMENTS OF THE EDUCAR PRA VALER PROGRAM AND THE LARGE-SCALE ASSESSMENT POLICY IN THE MUNICIPALITY OF JOÃO PESSOA – PB

ABSTRACT: This article stems from a dissertation completed in 2024 and aims to analyze the characteristics of large-scale assessments under the Cooperation Agreement between the Municipal Government of João Pessoa/PB and the Annual Plan for Continuing In-Service Training of the Educar pra Valer Program. The guiding research question is: How have the directives of International Organizations influenced evaluative policies in Brazil, particularly in the municipality of João Pessoa/PB, through the Educar pra Valer Program? The theoretical framework draws on concepts from Rodrigues (2018); Verger, Parcerisa, and Fontdevila (2018); Apple (2005); Freitas (2018); and Laval (2019), among others. Methodologically, the study employs bibliographic and documentary research, analyzed through Bardin's (2021) Content Analysis. Key findings from the documents reveal that the continuing education developed by the Educar pra Valer Program seeks to improve educational indicators and school performance based on large-scale assessments, as advocated by International Organizations. We conclude that evaluative policies in João Pessoa/PB were consolidated by the Educar pra Valer Program, grounded in its guiding documents.

KEYWORDS: International Organizations; large-scale assessments; Educar pra Valer Program.



1 INTRODUÇÃO

A participação dos Organismos Internacionais (OI) na definição e implementação das políticas públicas sociais no Brasil nestes últimos anos, em especial as relacionadas à educação, passou a ter forte influência de dois importantes organismos multilaterais: o Banco Mundial (BM) e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (Rodrigues, 2018). Essa participação, além de consolidar um pensamento hegemônico sobre educação, amplia a política de avaliação em larga escala no contexto da Educação Básica, tanto em nível nacional quanto estadual e municipal, tomando como principal referência a ideia de Qualidade Total proveniente dos referenciais econômicos. Essa ideia de Qualidade Total da educação se distancia da qualidade almejada a partir dos referenciais sociais e pedagógicos num sentido mais amplo e complexo do processo de ensino-aprendizagem.

Nos últimos trinta anos, o Brasil implementou e vem ampliando significativamente o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB). Pode-se dizer, então, que, desde o início desse período tricenário, o SAEB se consolida como política de avaliação e novas formas de se avaliar a Educação Básica vêm sendo aprimoradas. Entre as mudanças ocorridas para tal aprimoramento, está a implantação da metodologia da Teoria da Resposta ao Itemⁱ (TRI) bem como a integração do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), além da ampliação dos instrumentos de avaliação, a exemplo da Avaliação Nacional da Educação Básica (ANEB) e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), esta última extinta em 2018.

Na literatura, há diversos estudosⁱⁱ que afirmam a participação dos Organismos Internacionais na reforma educacional do Brasil como também na elaboração, efetivação e consolidação de políticas educacionais, que são concretamente influenciadas a partir de avaliações em larga escala. Essas avaliações são a base para definição e implementação de políticas públicas para a Educação e auxiliam na



definição de curso para formação de professores, na distribuição dos recursos para a educação e no desenvolvimento do currículo. Considerando que esses documentos são norteadores da política de formação docente, pressupomos que essa formação é direcionada à realização de avaliações em larga escala e em nível nacional, estadual e local.

Este cenário foi o pano de fundo para a realização da pesquisa de mestrado intitulada “A privatização de novo tipo na formação continuada dos professores da rede municipal de João Pessoa: o Programa “Educar pra Valer!”. Pesquisa esta vincula ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Algumas inquietações fomentaram a escrita do artigo em tela, dentre elas, a seguinte questão: como os direcionamentos dos Organismos Internacionais influenciaram nas políticas avaliativas no Brasil, em especial no município de João Pessoa/PB, a partir do Programa Educar pra Valer?

Paralelamente à busca para resposta a tal questão, apresentamos como objetivo deste artigo analisar como se caracterizam as avaliações em larga escala no Acordo de Cooperação entre a prefeitura municipal de João Pessoa e a Associação Bem Comum e o Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço do Programa Educar pra Valer desenvolvido no Município de João Pessoa-PB.

Diante dos objetivos postos e dos resultados encontrados na dissertação acima mencionada, procederemos à análise desses documentos à luz da teoria de Análise de Conteúdo de Bardin (2021), via análise temática, identificando, categorizando e analisando as unidades de registro que direcionam a realização de avaliações em larga escala no município.

O artigo divide-se em quatro seções: uma introdução que situa e delimita o tema, a problemática, o objetivo e a justificativa do estudo. Na segunda seção, apresentamos a relação dos OI com consolidação das políticas de avaliações em larga escala no Brasil. Na terceira seção, é apresentado o Programa Educar pra Valer e seu documento direcionador para a formação continuada de professores – tal



Programa é uma parceria entre a prefeitura municipal de João Pessoa/PB e a Associação Bem Comum. Por fim, destacamos as Considerações Finais.

2 OS ORGANISMOS INTERNACIONAIS E AS POLÍTICAS DE AVALIAÇÃO EM LARGA ESCALA NO BRASIL

As reformas econômicas e a política social desenvolvidas no Brasil, no final dos anos 1990, fortaleceram a presença e os direcionamentos do Organismos Internacionais sobre tais aspectos neste País. O Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) do governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) consolidou, na administração pública, uma lógica de administração empresarial dentro dos moldes burgueses. Esses direcionamentos da gestão empresarial passaram a ser implementados na política educacional do Brasil. Nos moldes da sociabilidade burguesa, a educação e a escola passaram a assumir o papel de formar o *novo homem* (Cêa; Silva; Santos, 2019), isto é, o homem profissionalizado e com o perfil adequado às exigências do mercado.

Acompanhando esse modelo de educação como mercadoria, Araújo, Lima e Sousa Junior (2020) acrescentam que é necessário realizar reformas educativas para formação desse novo homem (professores e alunos), a fim de que este desenvolva habilidades e competências para um mundo globalizadoⁱⁱⁱ e flexibilizado. Desse modo, portanto, a educação e a formação docente ganham centralidade na transformação da sociedade.

Neste caminho, as OI representam essa racionalidade mercadológica do grande capital e direcionam essa lógica à educação. Trata-se, então, da racionalidade econômica trazida pelo modelo de gestão de mercado e incorporada nos processos de escolarização formal.

Desde 1989, o Brasil realiza acordos técnicos com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), por intermédio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), ação que demonstra que essa



agência tem forte influência nos direcionamentos dados à educação no país. Os acordos são de assistência técnica e apoio na formação de professores. Um aspecto relevante referente à OCDE é que essa agência atua em consonância com outros organismos internacionais na elaboração de diretrizes educacionais para países economicamente dependentes de outros mais fortalecidos.

De acordo com as evidências apontadas por Rodrigues (2018), os OI disseminam sua ideologia educacional para formação do professor a partir de dois principais documentos: “Professores são importantes: atraindo, desenvolvendo e retendo professores eficazes”, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e “*Professores excelentes: como mejorar el aprendizaje en América Latina y el Caribe*”, produzido e disseminado pelo Banco Mundial. Esses documentos, além de direcionarem a educação nos países onde assumem forte influência, orientam como deve ser a formação dos professores.

Para a autora (2018), mesmo havendo direcionamentos dos OI, tais políticas só são possíveis porque há conivência e autorização do Estado brasileiro, amparadas por leis, decretos e Emendas.

Em 2018, o Banco Mundial (BM) publicou um relatório denominado “Aprendizagem: para realizar a promessa da educação”. Nesse documento, é possível se verificar que o tipo de formação almejada por esse organismo se distancia das questões histórico-sociais dos cidadãos, isto é, o que se pretende é formar a futura geração para suprir as necessidades do mercado (Moreto, 2020). Nesse contexto, a formação dos professores se torna fundamental, uma vez que são os professores responsáveis por orientar os futuros profissionais.

É possível observar que a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Banco Mundial (BM) têm estabelecido iniciativas voltadas para a formação das futuras gerações, fundamentadas numa abordagem economicista. Essa perspectiva propõe uma simplificação da formação inicial e toma a formação continuada dos professores como a solução dos problemas educacionais.



Na próxima seção, evidenciamos a participação desses organismos multilaterais na efetivação das políticas de avaliação em larga escala pelo mundo e principalmente nos países dependentes economicamente, como é o caso do Brasil.

3 AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: UM FENÔMENO MUNDIAL

Para Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018), o fenômeno mundial da globalização da educação vem para responder a problemas similares (rendimentos de índices e melhoria de resultados) a partir de uma perspectiva gerencial. Os principais fundamentos dessa reforma global da educação são: responsabilização, padrões, descentralização e autonomia da escola.

Para os autores acima citados, as avaliações nacionais em larga escala são meios políticos e legais para efetivação de reformas educacionais coerentes com a política mundial. Mesmo não sendo um fenômeno recente, as avaliações em larga escala são usadas, atualmente, pelos reformadores, objetivando monitorar a execução de currículos padronizados como também assegurar a responsabilização das escolas, diretores e professores sobre essa nova formação profissional e mercadológica (Verger; Parcerisa; Fontdevila, 2018).

O Movimento de Reforma Educacional Global (GERM) tem origem em reformas neoliberais vinda dos países centrais (Reino Unido, Estados Unidos e Austrália), as quais se baseiam e se fundamentam nas avaliações em larga escala (Verger; Parcerisa; Fontdevila, 2018), isto é, o componente principal utilizado pelos reformadores para aceitação das reformas educacionais são as avaliações nacionais padronizadas. Os autores afirmam que essa abordagem de reforma, posteriormente, passa a ser difundida na América Latina e na Europa.

Considerando que o GERM se baseia em três pilares – padronização, responsabilização e descentralização –, iremos conceituar cada um deles para uma melhor compreensão do que acontece nos sistemas educacionais.



A padronização da educação, segundo Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018), almeja a regulação da educação por meio de padrões de aprendizagem – como a criação de um currículo nacional organizado em torno de diretrizes centrais comuns. Essa regulação permite que tais padrões possam ser medidos, especialmente no que diz respeito a tópicos curriculares fundamentais. Para sua eficácia, reduzem-se os conteúdos gerais e se introduzem aqueles que serão cobrados em avaliações externas à escola.

A descentralização da educação exige mudanças na transferência das competências do governo central para as autoridades e esferas regionais, estaduais e ou locais (Verger; Parcerisa; Fontdevila, 2018). Em alguns contextos, a descentralização da educação implica a participação escolar, ou seja, maior controle das escolas na tomada de decisões, tornando-as mais assemelhadas a empresas.

Outro aspecto presente no Movimento de Reforma Educacional é a responsabilização. Sob este pilar, os sujeitos educacionais (escolas e professores) passam a ser mais reagentes e responsáveis pelas ações como também pelos resultados escolares. Essa política de responsabilização traz consigo incentivos e sanções e/ou implicações aos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem, com base no discurso da melhoria da educação.

Em termos práticos, pode-se dizer que as avaliações funcionam como principal instrumento político utilizado pelos governos para assegurar que os sujeitos escolares cumpram as metas nacionais estabelecidas (Verger; Parcerisa; Fontdevila, 2018). De modo geral, o GERM busca, para a educação, uma natureza baseada no desempenho acadêmico dos alunos.

Outra característica encontrada nas avaliações em larga escala é sua relação de responsabilização de caráter administrativo e de mercado. Segundo Apple (2005), Freitas (2018), Laval (2019) e Peroni (2018), a relação administrativa e de mercado presentes tanto no quesito distribuição de bônus financeiros quanto na exposição na mídia das escolas que se destacaram de maneira positiva ou negativa nas avaliações.



Por fim, as avaliações dentro desta lógica mercantil se distanciam de sua função pedagógica e intrínseca à relação ensino-aprendizagem e passam a exercer uma regulação punitiva sobre a escola e sobre os professores. Conforme postulado acima o estudo desenvolvido na dissertação de Ribeiro (2024) evidenciou indícios de regulação do trabalho do professor, como também, a associação desse trabalho a premiações, principalmente para as escolas que se destacam em avaliações externas ao ambiente escolar.

Na próxima seção, apresentamos o município de João Pessoa e a política de formação docente, implementada a partir de 2019, conforme consta no Plano Anual de Formação Continuada. Também discutiremos essa política de formação e sua relação com as orientações dos organismos multilaterais para a consolidação das avaliações em larga escala.

4 JOÃO PESSOA E A POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

João Pessoa é a capital do Estado da Paraíba, localizada no nordeste brasileiro, sendo a terceira cidade mais antiga do Brasil. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 96,9% da população entre 6 e 14 anos frequentam as escolas do município (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2021).

Em relação à política de formação de professores, o município de João Pessoa, desde o final da década de 1990, manteve estreita ligação com as formações promovidas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), contando com a colaboração das universidades públicas credenciadas. A partir de 2016, no entanto, o governo municipal passou aderir à formalização de parcerias com instituições privadas para formação de seus professores.

Com essa finalidade, em 2019, o município de João Pessoa firmou parceria com a Associação Bem Comum^{iv}. A formação abrangeu as disciplinas de língua portuguesa e de matemática para as cinco primeiras séries do Ensino Fundamental.



Por se tratar de uma parceria, o município ficou com a responsabilidade de organizar estruturalmente todo o processo da formação, e a Associação Bem Comum responsável por organizar administrativamente o currículo dentro da sua lógica organizacional.

A parceria desenvolvida entre os dois entes aqui analisados – Prefeitura Municipal de João Pessoa-PB, por meio da Secretaria de Educação e Cultura (SEDEC) do município e a Associação Bem Comum – se firmou mediante Acordo de Cooperação, instrumento jurídico-normativo que possui cláusulas contratuais entre os partícipes, entre elas a que dispõe que seu prazo de vigência é de quatro anos, ou seja, o período que vai de 2019 até 2023.

O Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço é o documento norteador da formação continuada dos professores dos anos iniciais. Seus direcionamentos estão divididos em dois documentos: um que contempla do primeiro ao terceiro ano e outro documento que contempla os quartos e quintos anos.

De modo geral, os dois planos anuais orientam como devem ocorrer as formações e o que devem ser contemplados nos encontros formativos. O documento apresenta ainda a implementação da proposta, a metodologia de trabalho das formações, a rotina dos encontros formativos, os objetivos das formações (geral e específicos) e os temas da formação.

O que, porém, nos chama a atenção nos direcionamentos do Plano Anual é sua ênfase em preparar os professores e alunos para realização das avaliações em larga escala, sejam avaliações em nível federal, estadual, municipal e do próprio programa Educar pra Valer.

Abaixo analisaremos o Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço, demonstrando sua ênfase em direcionar a formação dos professores para realização das avaliações externas.



5 O PLANO ANUAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA

Na busca pela eficiência educativa e qualidade da educação, Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018) destacam que os sistemas educacionais vêm investindo nos últimos anos em políticas educacionais que se articulam em três grandes princípios: padrões, responsabilização e descentralização, como já discutido anteriormente. Esses três pilares que foram desenvolvidos a partir das reformas educacionais neoliberais vêm desenhando a evolução das políticas educacionais para formação docente, a partir das avaliações em larga escala e a responsabilização quando do não alcance das metas previstas segundo os resultados dessas avaliações no nível escolar.

Esses três princípios ocupam uma centralidade no ensino e na aprendizagem do aluno e na melhoria do desempenho educacional das redes de ensino. Os aspectos acima mencionados foram observados nos documentos aqui analisados, como se observa no recorte: “[...] enviando todos os esforços para que elas (crianças) conquistem os níveis de aprendizagem esperados para sua idade e série, com o avanço dos indicadores educacionais” (Acordo de Cooperação, 2019, p. 143).

O Programa, segundo o trecho acima, centraliza seus esforços na melhoria da aprendizagem dos alunos, numa perspectiva de melhoramento dos indicadores educacionais, ou seja, o Programa Educar pra Valer estimula, na rede municipal de João Pessoa, a cultura por resultados. Contraditoriamente, o Programa não guia a formação dos alunos, tão pouco a formação dos professores para produção dos conhecimentos historicamente acumulado; ao invés disso, passa a reproduzir o que é exigido em avaliações de larga escala baseadas em um currículo mínimo para elevar os indicadores educacionais.

Conforme por nós publicado no trabalho de dissertação A privatização de novo tipo na formação continuada de professores da rede municipal de João Pessoa: O Programa “Educar pra Valer” foi possível nota, que o Programa Educar pra Valer tem em vista desenvolver nesse município uma formação que avance na cultura por



resultados. Observa-se, com base no documento, que sua prática se detém no avanço dos indicadores educacionais. Ao longo do escrito, deixam claro que seus objetivos, tanto em relação ao progresso dos alunos quanto para a formação dos professores, estão focados nos resultados quantitativos a serem alcançados pela rede de municipal de ensino via avaliações externas Sistema de Avaliação da Educação Básica (SEAB/Estadual/Municipal).

Martins, Souza e Pina (2020) salientam que isso pode estar relacionado a um tipo de privatização “por dentro” do Programa, ou seja, o Programa vai implementando um modelo que visa valorizar medidas de controle de qualidade que vêm de fontes externas à instituição, como: valorização de eficiência, incentivo à competição e formação produtivista (cultura de resultados) aspectos que fazem parte da racionalidade gerencial. Dessa forma, as avaliações vão moldando a política de formação dos professores e, conseqüentemente, vão direcionando essa formação para conquista de resultados apoiada em avaliações.

Os achados se alinham ao que apontam Verger, Parcerisa e Fontdevila (2018) quando destacam que os testes padronizados são realizados para justificar mudanças nas políticas educacionais, tanto para oferta de vagas quanto para a gestão das redes de ensino e, principalmente, para a implantação de um currículo básico e único que irá direcionar a formação dos professores com base no que estes devem ou não ensinar.

Um exemplo desse alinhamento curricular é a disputa em torno da Base Nacional Comum para a Formação Inicial e a Base Nacional para a Formação Continuada – esses dois documentos estão diretamente ligados a Base Nacional Comum Curricular. Tanto a formação docente em nível de graduação quanto a formação do professor em serviço estão sendo direcionadas a partir de um currículo único, ou seja, a política de formação docente precisa estar articulada à Base Nacional Comum Curricular, configurando assim, uma hegemonia política e curricular, como diz Souza (2018) em sua pesquisa.



Outros trechos dos documentos vão dando ênfase aos aspectos que garantam tanto a excelência da aprendizagem quanto a melhoria dos indicadores de rendimento (avaliações), fundamentados na racionalidade gerencial. O Plano de Trabalho do Programa Educar pra Valer, documento que integra o Acordo de Cooperação entre os dois entes aqui analisados, a saber Associação Bem Comum e a prefeitura municipal de João Pessoa–PB salienta, na sua seção três, a possibilidade de contemplar as metas do Programa para o alcance da qualidade almejada. No trecho abaixo, destacamos as que convergem com os estudos dos autores acima citados:

Como meta, almeja-se a melhoria dos indicadores de rendimento e desempenho dos alunos ao longo dos quatro anos, objetivando:

- Elevar o percentual de alunos no nível adequado... de acordo com os parâmetros da prova Brasil;
- Superar as metas do IDEB previstas pelo Ministério da Educação;
- Diagnóstico inicial da rede;
- ... focado na melhoria da aprendizagem;
- ... foco na melhoria dos resultados;
- Apoio à implementação das avaliações de diagnóstico da rede;
- Leitura de resultados das avaliações (Plano de Trabalho, 2019, p, 144).

No trecho apresentado acima, nota-se que os princípios norteadores do Programa Educar pra Valer, expressos no Acordo de Cooperação e no Plano de Trabalho, estão ancorados em avaliações externas. Mesmo se sabendo que todas as avaliações são passíveis de mensuração, existe um claro alinhamento entre essas políticas, evidenciando a importância que essas avaliações têm para servirem de base nas reformas políticas no campo educacional, como também para justificar a responsabilização não só das escolas como também dos professores pelo não cumprimento das metas pactuadas pelo Programa.

Martins, Souza e Pina (2020) compreendem que esse incentivo estimula a noção de eficiência, mas também a competitividade – o que sempre é fator favorável quando se trata de educação – o que é assentado nas avaliações de larga escala, dando concretude a outro processo mercadológico: a Privatização de Novo Tipo^v

Trazendo a análise especificamente para o documento do Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço desenvolvida pelo Programa Educar pra Valer,



verifica-se que há uma íntima ligação com a política local e nacional para a concretização da almejada eficiência educacional nos moldes neoliberais.

No terceiro parágrafo do documento Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço, aparece a seguinte afirmação: “[...] a proposta de formação do programa ‘tem foco na eficácia’ que são base da boa docência e sua proposta curricular encontra-se consoante com a Base Nacional Curricular e com as matrizes de referência das avaliações de larga escala do Ministério da Educação” (Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço, 2023, p. 1, sic). Ou seja, há mediações entre local e nacional, com ênfase na redução curricular e em uma regulação excludente, com base na Matriz de referência do Ministério da Educação e Cultura (MEC), para a obtenção das metas impostas pelo Programa.

Observa-se, neste caso, que há direcionamento da formação docente para execução daquilo que está pré-determinado pelo sistema educacional (Política Curricular e Política de avaliação), retirando do professor a autonomia pedagógica e direcionando sua formação e atividade pedagógica à execução de pacotes educacionais (apostilas) produzidos por instituições parceiras.

Constata-se, de modo geral, que o foco do Programa Educar pra Valer são as avaliações de larga escala promovidas pelo Ministério da Educação ou mesmo aquelas desenvolvidas em âmbito local, como demonstrado no trecho do Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço, na seção *Rotina dos encontros de formação*. Nesse mesmo documento, é possível observar os seguintes trechos direcionados aos professores dos 5º anos do Ensino Fundamental para as disciplinas de língua portuguesa e matemática:

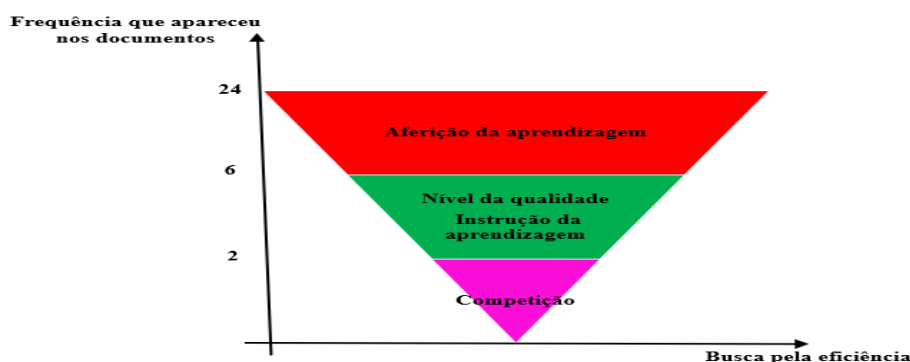
Discussão sobre a avaliação de aprendizagem (municipal, estadual ou nacional – quando houver) realizada por mês (teste de leitura e/ou avaliação objetiva) e as principais dificuldades dos alunos” (Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço, 2023, p. 5).



Outro trecho encontrado para as turmas dos 5º anos nos Temas Gerais para estudos apresentou ênfase nas “Avaliações Externas do SAEB/`Programa/Estado/Município” como também na “Matriz de Referência (Sistema de Avaliação da Educação Básica (SEAB)/Estado/Município).

As colocações acima permitem pensar que o Programa Educar pra Valer direciona a formação dos professores para o treinamento diário dos alunos a realização de avaliações em larga escala – municipais, estaduais ou federais. No Gráfico 1, a seguir, detalhamos os resultados obtidos a partir do mapeamento das palavras ou expressões presentes nos documentos analisados e que nos levam a confirmar o que se infere logo acima com relação à avaliação, ou seja, o interesse do Programa em desenvolver uma cultura por resultados.

Gráfico 1 – Categoria Busca pela eficiência



Fonte: Documentos do Programa Educar pra Valer (2023)

Diagramado pela autora (2024).

O Gráfico 1 exhibe, concisamente, a recorrência de vezes que o Programa Educar pra Valer ressalta a necessidade de direcionar a formação dos professores para busca de resultados fundamentados nas avaliações de larga escala. A barra *Aferição da aprendizagem* buscou, nos documentos, unidades de registros direcionados às avaliações externas do Programa Educar pra Valer, do Sistema de



Avaliação da Educação Básica/SAEB, e dos processos de avaliação Municipal e Estadual.

No Acordo de Cooperação, foram encontrados 14 trechos que dirigiam os esforços do Programa para buscar a eficiência mediante avaliações de rendimentos. No Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço foram achadas mais 10 indicações para realização de avaliações em âmbito local e nacional.

Considerando que tínhamos mais três subcategorias que formavam a categoria mais ampla, *busca pela eficiência*, foi possível ratificar que as três restantes não foram suficientes para determinar esta última categoria, pois, como observado no Gráfico 1, o Educar pra Valer almeja a eficiência, alicerçado em avaliações que mensurem quantitativamente a aprendizagem dos alunos, seja no nível nacional (Sistema de Avaliação da Educação Básica/SEAB), no nível municipal, no nível Estadual e em avaliações produzidas pelo próprio Programa Educar pra Valer.

De modo geral, o Programa Educar pra Valer desempenha na rede municipal de João Pessoa uma formação que busca, incessantemente, resultados. Essa busca por resultados se apresenta a 'partir de um modelo de formação prático-reflexivo baseada na epistemologia da prática (Silva, 2019) – dito de outra forma, significa que o processo de ensino-aprendizagem é construído no fazer cotidiano da sala de aula, e o professor é visto como mero instrumento que busca e determina a eficiência da rede de ensino.

Outro aspecto presente na materialidade em análise é a contradição existente nos documentos do Acordo de Cooperação e o Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço. Ambos os documentos citam o termo capacitação, porém com significados diferentes. No Acordo de Cooperação, a formação é vista como uma capacitação, ou seja, a formação visa capacitar o professor na sua prática. O Plano Anual de Formação, no entanto, apresenta certa incompatibilidade com tal discurso:

A formação dos professores ofertada pelo Programa Educar pra Valer (EpV) em parceria com a Lyceum Consultoria Educacional trabalha com a concepção de formação continuada e em serviço, que difere das práticas de



capacitação correntes nos últimos anos, desvinculadas do trabalho docente (Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço, 2023, p. 1, sic).

Como podemos constatar, o Programa dentro dos seus próprios documentos, não deixa claro que tipo de formação os professores irão receber. Apesar disso, fica explícito que, em ambos os documentos, a formação será baseada na capacitação profissional e essa capacitação é que levará à busca pela eficiência educacional na rede municipal de João Pessoa-PB.

Finda a análise do Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço, podemos constatar que há, nesse documento, direcionamentos tanto das orientações dos organismos multilaterais quanto das políticas avaliativas que foram sendo efetivadas no contexto brasileiro, demonstrando que tais direcionamentos – internacionais, nacionais e locais – são mediados por orientações dos Organismos Internacionais (OI). Podemos afirmar, portanto, que o objetivo que fomentou este artigo foi alcançado, porque foi possível constatar que o Plano direciona a formação dos professores para realização de avaliações em larga escala tanto em nível nacional quanto em nível local.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste artigo foi analisar como se caracterizam as avaliações em larga escala nos documentos do Acordo de Cooperação e no Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço do Programa Educar pra Valer, no município de João Pessoa/PB, tais análises foram fundamentadas no trabalho de dissertação defendido em 2024 pela Universidade Federal de Campina Grande/UFCG. Os resultados indicaram que os documentos aqui analisados estabelecem relação e interação com as orientações dos Organismos Internacionais, no que se refere às políticas de avaliações em larga escala para educação básica anos iniciais. Para



justificar a necessidade de implementação dessas avaliações, os documentos usam a relação entre política de avaliação e qualidade da educação.

Em especial no Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço, a formação do professor é desenhada para desenvolver a melhoria dos indicadores educacionais não só na rede de ensino local como também perante os indicadores do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Estes resultados confirmam a relação entre as orientações dos Organismos Internacionais e as políticas avaliativas que vêm se consolidando no estado brasileiro nos últimos anos e que estimulam estados e municípios a realizarem, em suas redes, avaliações externas e internas para ampliação dos indicadores educacionais.

Como contribuição acadêmica, este artigo que é resultada de um trabalho de dissertação demonstra que as avaliações em larga escala do Programa Educar pra Valer se tornaram parâmetro para o melhoramento dos indicadores educacionais e da qualidade educacional das escolas municipais de João Pessoa, desconsiderando os aspectos políticos, sociais e culturais que estão por trás da comunidade escolar.

Ainda que tenhamos obtido progresso na investigação, encontramos algumas limitações, pois, os documentos analisados não demonstram a real situação que ocorre nas escolas, ou seja, se os sujeitos envolvidos na formação continuada desenvolvem à risca as orientações encontradas nos documentos, como também, não foi possível contemplar a realidade dos alunos do município de João Pessoa, devido a limitação da pesquisa de dissertação que se debruçou apenas nos documentos norteadores do Programa.

Entende-se, portanto, a necessidade de pesquisas futuras que envolvem o posicionamento dos professores em relação aos documentos aqui analisados, ou seja, o Acordo de Cooperação entre a prefeitura municipal de João Pessoa e a Associação Bem Comum para realização do Programa Educar pra Valer e o Plano Anual de Formação Continuada e em Serviço. Outra lacuna que não pôde ser preenchida por esse estudo é a realidade dos alunos do município em relação as avaliações externas. Assim, sugere-se que se investigue a compreensão dos



professores em relação às avaliações em larga escala propostas nos dois documentos e, como essas avaliações são recebidas pelos alunos da rede municipal de João Pessoa-PB.

REFERÊNCIAS

APLLE, M. W. **Para Além da lógica do Mercado**: compreendendo e opondo-se ao Neoliberalismo. Rio de Janeiro: DP&A, 2005. 95 p. ISBN 85-7490-369-8.

ASSOCIAÇÃO BEM COMUM. **Programa Educar pra Valer**. Disponível em: <https://abemcomum.org/programa-educar-pra-valer/>. Acesso em: 28 set. 2024.

ARAÚJO, A. C. C.; LIMA, F. B. T.; SOUSA, J. L. A gestão da rede estadual de ensino da Paraíba por organizações sociais: tensões e desafios. **Roteiro**, v. 45, p. 1-26, jan./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/roteiro/article/view/2337>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. Portugal: Edições 70, 2021.

CÊA, G. S. S.; SILVA, S. R. P.; SANTOS, I. M. De “Educação para Todos” para “Todos pela Educação”: diacronias e sincronias da ofensiva do capital na educação. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v. IV, n. 06, p. 181-210, jan./jun. 2019. Disponível em: <http://costalima.ufrj.br/index.php/RTPS/article/view/252>. Acesso em 22 ago. 2024.

FREITAS, L. C. **A Reforma Empresarial da Educação**: nova direita, velhas ideias. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. 160 p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Brasileiro de 2021**. João Pessoa: IBGE, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/joao-pessoa/pesquisa/13/78117?ano=2021>. Acesso em: 22 jun. 2024.

JOÃO PESSOA. Acordo de Cooperação que entre si celebram o Município de João Pessoa-PB e a Associação Bem Comum, para o fim que nele se declara. **Semanário Oficial**. João Pessoa, João Pessoa, 11 a 17 de agosto de 2019. Disponível em: <http://antigo.joaopessoa.pb.gov.br/portal/wp-content/uploads/2029/08/2019-1968.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.

LAVAL, C. **A Escola não é uma Empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019. 326 p. ISBN 978-85-7559-711-8.



MARTINS, A. S. SOUZA, C. A. PINA, L. D. Empresas Sociais e a Privatização de Novo Tipo da Educação Básica: um estudo sobre a relação público-privada em cidades de Minas Gerais-Brasil. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 28, n.183, p. 1-51, dez. 2020. Disponível em:

<https://epaa.asu.edu/index.php/epaa/article/view/5546>. Acesso em: 10 maio 2024.

MORETO, J. A. Formação de professores – professores excelentes: proposições do Banco Mundial. **Revista Brasileira de Educação**, v. 25, p. e250047, 2020.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/bHkbCfMzMCMsHzyhGqr5QHs/#>.

Acesso em: 19 mai. 2024.

PERONI, V. M. V.; OLIVEIRA, C. M. B. O curso Gestão para Aprendizagem da Fundação Lemann como processo de institucionalização do gerencialismo nas escolas de educação básica alagoanas: implicações para a democratização da educação. **Educar em Revista**, v. 36, p. 1-21, 2020. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/77554>. Acesso em: 15 mai. 2024.

RODRIGUES, M. M. Norteamentos da política de formação dos professores da educação básica no Brasil (2007-2014). **Revista Educação em Questão**, v. 56, n. 49, p. 111-138, jul./set. 2018. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/14405>. Acesso em: 11 mai. 2023.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 83 p.

SOUZA, A. L. L. Políticas governamentais para educação básica na Paraíba: a privatização como estratégia de hegemonia. **RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. 3, p. 1340-1354, 2018. Disponível em:

<https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/12017>. Acesso em: 10 dez. 2023.

SILVA, K. A. C. P. C. **Epistemologia da práxis na formação de professores**: perspectiva crítico-emancipadora. 1. ed. Campinas: Mercado das Letras, 2019. 124 p. ISBN 978-85-7591-494-6.

VERGER, A.; PARCERISA, L.; FONTDEVILA, C. Crescimento e Disseminação de Avaliações baseadas em testes: uma sociologia política das reformas educacionais globais. **Revista FAEEBA**, Salvador, n. 27, v. 53, p. 60-82, set./dez. 2018.

Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/faeeba/v27n53/2358-0194-faeeba-27-53-60.pdf>. Acesso em: 23 abr. 2023.

Recebido em: 29-09-2024

Aceito em: 30-06-2025



ⁱ Método utilizado para calcular os itens em notas das questões de provas.

ⁱⁱ Os estudos de Rodrigues (2018); Esteves e Souza (2020); Verger, Parcerisa e Fortdevila (2018); e Martins, Souza e Pina (2020) demonstram tal participação desses organismos, tanto nas reformas educacionais como na implementação de políticas avaliativas de larga escala

ⁱⁱⁱ Entendemos globalização como a atual fase do capitalismo, apoiada no uso de técnicas da informação que asseguram a manutenção do mercado global (Santos, 2003).

^{iv} A Associação Bem Comum é uma entidade dita sem fins de lucro, criada em 2018, com sede em Fortaleza/CE, constituída como uma sociedade civil de caráter educacional (Associação Bem Comum, 2024). Em outras palavras, uma associação privada que direcionará, a formação continuada dos professores.

^v Dado o limite composicional desta escrita, não faremos alusões a essa forma de privatização.

